

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado nos termos do art. 6º, inciso XX, e do art. 18, inciso I, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, tem por finalidade demonstrar a necessidade da contratação, apresentar a solução mais adequada sob os aspectos técnico, econômico e jurídico, bem como subsidiar a elaboração do Termo de Referência e a deflagração do competente procedimento licitatório.

O estudo observa ainda as orientações e entendimentos consolidados do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins quanto à adequada caracterização do objeto, justificativa da necessidade, pesquisa de preços e análise de riscos.

2. OBJETO DO ESTUDO

Contratação de pessoa jurídica ou física para a locação de 02 (dois) veículos automotores tipo Ônibus, não trauque destinados ao transporte rodoviário de passageiros, pacientes em tratamento médico e seus acompanhantes, com deslocamentos aos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO, para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis – TO.

3. UNIDADE REQUISITANTE

Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, sob gestão da Secretária Municipal de Saúde, Sra. Maria Conceição Marinho de Farias Rêgo.

4. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

4.1. O Município de Tocantinópolis/TO não dispõe, em sua rede local de saúde, de capacidade instalada suficiente para a realização de todos os procedimentos médicos especializados de que necessitam seus munícipes. Em razão dessa limitação estrutural, pacientes em tratamento contínuo são regularmente encaminhados, por indicação médica formal, para serviços especializados localizados nos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO, por meio do

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

sistema de Tratamento Fora do Domicílio – TFD, nos termos da Portaria MS/GM nº 55, de 24 de fevereiro de 1999, e da Política Nacional de Atenção Básica.

4.2. Os deslocamentos necessários incluem tratamentos de natureza essencial, contínua e inadiável — entre os quais hemodiálise, quimioterapia, radioterapia, consultas especializadas e procedimentos ambulatoriais de alta complexidade —, que exigem frequência regular e previamente programada. A ausência ou interrupção do transporte sanitário compromete diretamente a continuidade terapêutica e coloca em risco concreto a vida dos usuários do SUS, configurando omissão do dever constitucional de garantia à saúde.

4.3. A contratação ora proposta tem por finalidade assegurar o deslocamento coletivo, seguro e regular de pacientes e seus acompanhantes entre o Município de Tocantinópolis/TO e os centros de referência localizados nos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO, em conformidade com os roteiros e horários definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos do art. 7º, I e IV, da Lei Federal nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde).

4.4. A solução de locação de veículos demonstra-se técnica e economicamente superior à aquisição de frota própria, pelos seguintes fundamentos objetivos, em atendimento ao disposto no art. 18, II, da Lei nº 14.133/2021:

a) **Economicidade:** a locação elimina os custos de aquisição, depreciação contábil, licenciamento anual, IPVA e seguro obrigatório, que recairiam sobre o erário municipal de forma permanente;

b) **Eficiência operacional:** a empresa contratada assume integralmente os custos de manutenção preventiva e corretiva dos veículos, garantindo a disponibilidade da frota sem ônus adicional para a Administração;

c) **Continuidade do serviço:** a exigência contratual de substituição imediata do veículo em caso de pane ou indisponibilidade assegura a regularidade do transporte sanitário, o que não seria possível com frota própria sujeita a contingências orçamentárias para manutenção;

d) **Flexibilidade administrativa:** a locação não implica ampliação permanente da frota municipal, preservando a capacidade fiscal do Município e atendendo ao princípio da responsabilidade fiscal (art. 1º, §1º, da Lei Complementar nº 101/2000);

e) **Adequação ao objeto:** trata-se de necessidade contínua e de prazo determinado, para a qual o modelo de locação é a solução mais adequada, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União e do TCE-TO para contratações dessa natureza.

4.5. A contratação enquadra-se como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, XVII, da Lei nº 14.133/2021, sendo essencial à garantia do direito fundamental à saúde previsto no art. 196 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público o dever de assegurar acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. A não contratação implicaria descontinuidade no

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

atendimento a pacientes em estado de vulnerabilidade, com risco direto à integridade física e à vida.

4.6. Registra-se que o objeto desta contratação compreende a locação pura dos veículos, incluindo, obrigatoriamente, a manutenção preventiva e corretiva, o seguro total e a regularização documental. As despesas com combustível e com a condução (motorista) são de responsabilidade exclusiva da Contratante, que utilizará o quadro de servidores efetivos já disponível na municipalidade. Tal estratégia visa a otimização do gasto público e evita a terceirização desnecessária de mão de obra, de modo que tais custos não compõem o escopo nem o valor da locação, conforme delimitado no art. 6º, XXIII, alínea "e", da Lei nº 14.133/2021, e explicitado nos demais itens deste instrumento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada deverá:

- a) Ser pessoa jurídica regularmente constituída;
- b) Possuir 02 (dois) veículos tipo Ônibus com capacidade mínima de 46 (quarenta e seis) lugares, equipados com ar-condicionado e banheiro a bordo, em perfeito estado de conservação;
- c) Apresentar os veículos devidamente regularizados e licenciados para transporte de passageiros, com documentação e seguros em conformidade com a legislação vigente (CRLV, ANTT, DETRAN);
- d) Manter os veículos segurados, com cobertura total;
- e) O objeto contratado compreende a LOCAÇÃO PARA DO VEÍCULO, incluindo manutenção preventiva e corretiva, seguro e documentação. As despesas com combustível e com o motorista são de responsabilidade exclusiva da CONTRATANTE, não compondo o escopo nem o valor da locação;
- f) Cumprir rigorosamente os horários e roteiros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, incluindo os deslocamentos aos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO;
- g) Atender às normas da ANTT, DETRAN e demais legislações aplicáveis ao transporte de passageiros;
- h) Não subcontratar o objeto sem autorização da Administração;
- i) Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, sanções nos termos da Lei nº 14.133/2021;

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026**

j) O escopo da locação NÃO inclui combustível nem motorista, sendo estes itens de responsabilidade da Contratante. Essa condição deve constar expressamente no edital e no contrato, e foi considerada na formação do valor estimado.

5.1 Capacidade Técnica

A licitante deverá apresentar:

- a) Atestado (s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução satisfatória de serviços compatíveis com transporte de passageiros;
- b) Comprovação de disponibilidade do veículo;
- c) Comprovação de regularidade dos veículos (CRLV, seguro, licenciamento ANTT/DETRAN);
- d) A Administração poderá promover diligências para verificar a veracidade das informações, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

A exigência de qualificação técnica encontra fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo necessária e proporcional à complexidade e relevância do serviço.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Verificou-se a existência de empresas na região aptas a prestar serviço de locação de veículos tipo Ônibus.

6.2. O objeto enquadra-se como serviço comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital.

6.3. A solução mais vantajosa identificada foi a contratação por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins para serviços comuns.

7. SOLUÇÃO ADOTADA E JUSTIFICATIVA

7.1. A solução adotada é a contratação mediante Pregão Eletrônico, do tipo menor preço global, nos termos do art. 28, I, c/c arts. 29 e 33, I, da Lei nº 14.133/2021.

7.2. O prazo de vigência contratual será de **08 (oito) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TOCANTINÓPOLIS/TO
PREGÃO ELETRÔNICO 004/2026

mediante justificativa e interesse da Administração, condicionado à disponibilidade orçamentária.

7.3. A contratação assegura economicidade, eficiência, continuidade do transporte sanitário de pacientes do SUS e regularidade no acesso aos serviços de saúde especializados nos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO. Os preços apurados na pesquisa de mercado são compatíveis com os praticados regionalmente, conforme fontes consultadas no SICAP/TCE-TO, PNCP e cotações diretas com fornecedores, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021.

7.4. Descarte de outras modalidades: a dispensa de licitação (art. 75 da Lei nº 14.133/2021) não se aplica, pois o valor estimado supera os limites legais. A inexigibilidade (art. 74) igualmente não se aplica, uma vez que o objeto é serviço comum com ampla oferta no mercado e possibilidade de competição entre fornecedores. A aquisição de frota própria e a contratação com motorista e combustível inclusos foram descartadas por custo superior sem vantagem operacional equivalente, conforme item 4.4 deste ETP. O Pregão Eletrônico é, portanto, a modalidade cabível e obrigatória, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

7.5. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual caberá registrar as ocorrências, atestar a regular disponibilização dos veículos e adotar as providências necessárias ao cumprimento do contrato. O nome do fiscal será indicado no instrumento contratual.

8. SUSTENTABILIDADE

8.1. A contratada deverá manter o veículo em boas condições de manutenção, visando redução de emissão de poluentes.

8.2. A contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis e realizar a destinação adequada de resíduos automotivos (óleo, filtros, pneus), conforme o Decreto Federal nº 9.177/2017 e a Resolução CONAMA nº 258/1999, apresentando comprovante de destinação ambientalmente correta quando solicitado pela fiscalização.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Risco 1 – Interrupção do serviço por falha mecânica

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Mitigação: Exigência de veículo reserva/substituição imediata.

Risco 2 – Inexecução contratual

Probabilidade: Média

Impacto: Alto

Mitigação: Previsão de penalidades e fiscalização contratual rigorosa.

Risco 3 – Insuficiência orçamentária

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Mitigação: Reserva orçamentária prévia.

Risco 4 – Questionamento sobre regularidade documental dos veículos

Probabilidade: Baixa

Impacto: Médio

Mitigação: Exigência prévia de CRLV, ANTT e seguro vigentes como condição de pagamento da 1ª parcela e de cada parcela subsequente.

10. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

O objeto enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, permitindo julgamento pelo critério de menor preço.

11. PARCELAMENTO

Não haverá parcelamento do objeto, considerando tratar-se de serviço contínuo prestado por um único contratado, cuja divisão comprometeria a eficiência e a gestão do contrato.

12. ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1. A estimativa de preços foi elaborada com base em pesquisa de mercado realizada junto ao sistema SICAP do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins (app.tce.to.gov.br), ao Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP (pncp.gov.br) e cotações diretas obtidas junto a fornecedores do segmento, conforme planilha de pesquisa de preços que integra o processo administrativo como documento comprobatório, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da IN SEGES/ME nº 65/2021. Os valores médios utilizados resultam da média aritmética das cotações coletadas, conforme demonstrado na tabela constante do item 12.3.

12.2. Valor estimado total: **R\$ 512.577,23 (Quinhentos e doze mil, quinhentos e setenta e sete reais e vinte e três centavos).**

12.3. Relação de itens estimados:

13. VIABILIDADE

A contratação mostra-se:

- **Técnica:** há fornecedores aptos;
- **Econômica:** valor compatível com o mercado;
- **Jurídica:** amparada pela Lei nº 14.133/2021;
- **Administrativa:** necessária para continuidade do serviço essencial.

14. IMPACTO ORÇAMENTÁRIO

14.1. O impacto orçamentário estimado é de **R\$ 455.624,00 (quatrocentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos vinte e quatro reais)**, classificado na ação programática do Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO: Manut. Fundo Municipal de Saúde - **13.10.10.122.0002.2.071**, natureza de despesa **3.3.90.39 ou 3.3.90.36 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica ou física**, com cobertura por recursos do Fundo Municipal de Saúde — Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FUS) e/ou recursos próprios do Município, observadas as regras de aplicação dos repasses federais do SUS, nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, conforme reserva orçamentária formalizada anteriormente à abertura do certame.

14.2. A despesa encontra-se compatível com a Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme declaração do Setor de Finanças e Arrecadação do Município de Tocantinópolis/TO, que integrará o processo administrativo como documento comprobatório, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.


15. MATRIZ DE RISCO (RESUMIDA)

Risco	Probabilidade	Impacto	Mitigação
Pane mecânica	Média	Alto	Veículo reserva obrigatório
Ausência de motorista	Média	Alto	Substituição imediata
Inexecução contratual	Média	Alto	Penalidades previstas
Questionamento sobre regularidade documental dos veículos	Baixa	Médio	Exigência prévia de CRLV, ANTT e seguro vigentes como condição de pagamento da 1ª parcela e de cada parcela subsequente.

16. CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica, jurídica e administrativa da contratação de empresa especializada para locação de 02 (dois) veículos automotores tipo Ônibus para transporte de pacientes em tratamento médico e seus acompanhantes, com deslocamentos aos municípios de Araguaína e Augustinópolis – TO, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, nos princípios da eficiência e economicidade e no art. 196 da CF/1988, com preços compatíveis com o mercado regional, despesa amparada por dotação orçamentária própria do Fundo Municipal de Saúde e recomendação de prosseguimento do processo licitatório.

Tocantinópolis/TO, 23 de março de 2026.


Gizelle Silveira Santos
Diretora da atenção primária

Gizelle Silveira Santos
Diretora da Atenção Primária
Fundo Municipal de Saúde de Tocantinópolis/TO